

## DIREITO DOS SEGUROS E DIREITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Da Legislação Europeia sobre o Seguro Automóvel e sua repercussão no regime dos Acidentes Causados por Veículos. A propósito dos Acórdãos Ferreira Santos, Ambrósio Lavrador (e o.) e Marques de Almeida, do TJUE

### INTRODUÇÃO

#### Parte I

#### **Direito da União Europeia: Legislação e Jurisprudência**

#### SECÇÃO 1

PONTO DE PARTIDA: COLOCAÇÃO DO PROBLEMA DAS RELAÇÕES ENTRE SEGURO E RESPONSABILIDADE. O QUADRO LEGISLATIVO EUROPEU

1. *Separação mas interdependência entre os regimes do seguro e da responsabilidade.*
2. *Evolução e sentido da legislação europeia.*
  - a) *A primeira diretiva.*
  - b) *A segunda diretiva.*
  - c) *A terceira diretiva.*
  - d) *A quarta diretiva.*
  - e) *A proposta de uma quinta diretiva; substituição da responsabilidade pela proteção do seguro.*
  - f) *Quinta diretiva e “codificação”.*
3. *Indicação de sequência.*

#### SECÇÃO 2

#### A JURISPRUDÊNCIA EUROPEIA

4. *Decisões em que está primariamente em causa apenas o direito dos seguros.*
  - a) *Caso Rafael Ruiz Bernáldez.*
  - b) *Caso Celina Nguyen (Tribunal da AECL).*
  - c) *Churchill Insurance Company Limited v. Benjamin Wilkinson e Tracy Evans v. Equity Claims Limited.*
5. *Decisões em que só aparentemente está apenas em causa o direito dos seguros.*
  - a) *Caso Catherine Withers.*
  - b) *Caso Elaine Farrell.*
6. *Casos em que a interpretação / aplicação das disposições sobre seguros tem consequências para o direito da responsabilidade: conhecimento pelo passageiro lesado do estado de incapacidade do condutor*
  - a) *Caso Veronika Finanger (Tribunal da AECL).*
  - b) *Caso Katja Candolin.*
7. *Situações em que está diretamente em causa o direito da responsabilidade.*
  - a) *Uma decisão menos transparente: o caso Vítor M. Mendes Ferreira e Maria C. D. Correia Ferreira v. Companhia de Seguros Mundial Confiança SA.*
  - b) *Referência ao Caso Daniel Fernando Messajana Viegas.*
  - c) *O caso Halla Helgadóttir (Tribunal da EFTA).*

8. *Ponto da situação. Breve referência aos três acórdãos mais recentes sobre questões prejudiciais colocadas por tribunais portugueses e justificação da metodologia adotada para o desenvolvimento deste estudo.*

- a) *Acórdãos do Tribunal de Justiça (Segunda Secção) de 17 de Março de 2011, no processo C-484/09 (M. J. Ferreira Santos v. Companhia Europeia de Seguros SA), do Tribunal de Justiça (Terceira Secção) de 9 de Junho de 2011, no processo C-409/09 (J. N. Ambrósio Lavrador e M. C. O. Ferreira Bonifácio v. Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial SA) e do Tribunal de Justiça (Grande Secção) de 23 de Outubro de 2012, no processo C-300/10 (Vitor H. Marques Almeida v. Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, SA, J. M. C. Carvalheira, P. M. Carvalheira e Fundo de Garantia Automóvel).*
- b) *Justificação do método a seguir no prosseguimento deste estudo.*

## PARTE II

### **O Estado do Direito da União Europeia antes do Acórdão Marques Almeida Implicações para o Direito Nacional**

#### SECÇÃO 1

##### O QUE SABÍAMOS OU PENSÁVAMOS SABER ACERCA DO ESTADO DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

- 9. *Um princípio interpretativo.*
- 10. *Uma regra jurídica jurisprudencial*
- 11. *Os “passageiros” e outras categorias de vítimas.*
- 12. *Da necessidade de evitar disparidades gritantes de tratamento das vítimas consoante o local do acidente, garantir um elevado nível de proteção, evitar distorções da concorrência e facilitar a livre circulação de pessoas e veículos.*
- 13. *O impacto da jurisprudência Finanger, Candolin e Farrell sobre o direito da responsabilidade; o difícil diálogo entre a linguagem e a técnica do direito dos seguros e do direito da responsabilidade.*
- 14. *Novamente: os “passageiros” e outras categorias de vítimas (em especial, os peões).*

#### SECÇÃO 2

##### IMPLICAÇÕES DA LEGISLAÇÃO EUROPEIA, TAL COMO INTERPRETADA PELOS ACÓRDÃOS CANDOLIN E FARRELL, PARA O DIREITO PORTUGUÊS

- 15. *A culpa (ou o facto não culposo) do lesado e a exclusão automática da responsabilidade pelo risco: colocação do problema.*
- 16. *O artigo 505.º em ligação com o artigo 504.º, n.ºs 2 e 3: pessoas transportadas (com exclusão da hipótese de não uso de cinto de segurança).*
- 17. *O artigo 505.º em ligação com o n.º 1 do artigo 504.º (“terceiros”, em especial os peões).*
- 18. *O artigo 506.º, n.º 1, primeira parte (colisão de veículos com culpa de um dos condutores).*

### PARTE III

## **Reconsiderando o Estado do Direito da União Europeia. A Trilogia dos Acórdãos Ferreira Santos, Ambrósio Lavrador e Marques Almeida**

### SECÇÃO 1

#### CONSIDERAÇÃO ISOLADA DE CADA UM DOS ACÓRDÃOS. POSTERIOR DESISTÊNCIA DE ALGUNS PEDIDOS DE DECISÃO PREJUDICIAL

19. *M. J. Ferreira Santos v. Companhia Europeia de Seguros SA.*
20. *J. N. Ambrósio Lavrador e M. C. O. Ferreira Bonifácio v. Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial SA.*
21. *Vítor H. Marques Almeida v. Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, SA, J. M. C. Carvalheira, P. M. Carvalheira e Fundo de Garantia Automóvel.*
22. *Desistência de pedidos de decisão prejudicial após comunicação aos tribunais portugueses dos Acórdãos Ferreira Santos e Ambrósio Lavrador.*

### SECÇÃO 2

#### A RETÓRICA ARGUMENTATIVA DOS ACÓRDÃOS E AS “CONCLUSÕES” DA ADVOGADA GERAL VERICA TRSTENJAK

23. *Paralelismo da argumentação utilizada nos três Acórdãos; utilização de um novo ponto de vista e busca da sua origem.*
24. *As “Conclusões” da Advogada Geral Verica Trstenjak.*
  - a) *Breve nota sobre a “similitude jurídica” dos casos Ferreira Santos e Ambrósio Lavrador.*
  - b) *Conclusões no Processo C-484/09 (Ferreira Santos).*
  - c) *Conclusões no Processo C-300/10 (Marques Almeida).*
25. *Apreciação crítica das teses da Advogada Geral.*
  - a) *No plano metodológico: retorno ao “purismo” do “princípio da separação” entre seguro de responsabilidade e direito da responsabilidade?*
  - b) *No plano da prossecução das finalidades da harmonização. Um caso concreto: as crianças de tenra idade como peões imprudentes (confronto com o direito francês).*
  - c) *No plano do confronto com a jurisprudência do TJ da AECL.*
  - d) *No plano da coerência com a própria jurisprudência anterior do TJUE.*
  - e) *No plano da interpretação sistemática.*
  - f) *Conclusão.*
26. *Indicação de sequência.*

### SECÇÃO 3

#### DECISÕES DE TRIBUNAIS PORTUGUESES NO SEGUIMENTO DE ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UE<sup>1</sup>

27. *Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 5 de junho de 2012, Processo 100/10*  
(Ambrósio Lavrador).

28. *Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 15 de maio de 2012, Processo 4249/05*  
(Meira da Silva).

### SECÇÃO 4

#### INTERPRETAÇÃO DO ACÓRDÃO MARQUES ALMEIDA

29. *Uma decisão que se baseia em pressupostos jurídicos inexatos, sendo certo que os tribunais portugueses são os únicos competentes para interpretar o direito nacional.*

30. *Falta de clareza da ratio decidendi. (aqueles pressupostos inexatos ou a “nova” tese da Advogada Geral Verica Trstenjak?).*

31. *Em tempo: a doutrina Candolin está consagrada na lei.*

### PARTE IV

#### **Aplicando o Direito da União Europeia**

##### SECÇÃO 1

#### O ESTADO DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

32. *A impossibilidade de harmonização sem se tocar no direito da responsabilidade. As notas da inclusão e da proporcionalidade.*

33. *Na senda da conclusão n.º 2 do Acórdão Candolin.*

##### SECÇÃO 2

#### REPERCUSSÃO SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS ACIDENTES CAUSADOS POR VEÍCULOS

34. *Síntese dos resultados já obtidos.*

35. *Exclusão da responsabilidade.*

36. *Proporcionalidade da redução da indemnização.*

37. *Tomando como parâmetros os casos Ambrósio Lavrador (parece equilibrada a percentagem de responsabilidade de 40% do lesado), Meira da Silva (40% de quota de responsabilidade seria uma solução equilibrada, desde que a aceite a concorrência entre o risco e a culpa), Marques Almeida (de acordo com parâmetros nacionais e internacionais*

---

<sup>1</sup> Todos os Acórdãos foram consultados no site da DGSI.

*propendemos para a atribuição de uma quota de responsabilidade de 25%) e a hipótese sobre que incidiu o Ac. do STJ de 17.05.2012 (Processo 1272/04.7TBGDM. P1S1) – 20%.*

### SECÇÃO 3

#### APLICAÇÃO DO DIREITO NACIONAL

38. *Uma proposta com aproximadamente 30 anos: a justiça.*

39. *O estado atual do sistema jurídico: o direito.*

40. *Conclusão.*

Elementos de trabalho, para além da jurisprudência e legislação citadas:

Sinde Monteiro, *Estudos sobre a Responsabilidade Civil*, Coimbra, 2003, II Parte (“Acidentes de Trânsito: Responsabilidade e Seguro Obrigatório”), pp. 137-203.